



PANORAMA ATUAL DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: PRIVATIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Alessandra Galve Gerez¹

RESUMO

O trabalho objetiva apresentar o panorama da privatização dos cursos de licenciatura em Educação Física (EF) no Brasil, além de discutir, a partir do referencial teórico crítico-dialético, as possíveis implicações desta situação para o trabalho docente e formação de professores de EF escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, privatização, trabalho docente e formação de professores.

INTRODUÇÃO

A compreensão da situação atual do ensino superior brasileiro passa, necessariamente, pelo entendimento das transformações políticas, econômicas e culturais engendradas pelo que se convencionou chamar de neoliberalismo, que desde a década de 70 vem provocando drásticas mudanças no mundo do trabalho, a privatização da vida pública e o esvaziamento da política, além da produção de uma ética e estética do individualismo e do consumo (HARVEY, 2004). No Brasil, segundo Chauí (2001), a política neoliberal ganhou força em meados da década de 90, desmontando a esfera pública e os direitos sociais. A privatização galopante do Ensino Superior brasileiro, tratado como mercadoria lucrativa do novo capital financeiro, é um exemplo disso. Embora os governos Lula-Dilma (2003-2016) avançaram no aumento de vagas no ensino superior público, o “carro chefe” da “democratização” do ensino superior se deu pelo setor privado, por meio de políticas como o PROUNI² e FIES³ (SGUISSARDI, 2015). Isso revela as ambigüidades e contradições geradas no seio de governos que não romperam com o grande capital financeiro, permitindo ainda que instituições de baixa qualidade se proliferassem. Os impactos negativos dessa situação no trabalho docente e na formação de professores são discutidos por estudiosos da Educação de diferentes matrizes teóricas, tais como Gatti (2010), Saviani (2011), Nunes e Neira (2014). A EF também foi afetada por este processo, necessitando discutir a formação de professores a partir desta realidade concreta, pois há regiões no Brasil que a maioria das vagas é oferecida pela rede privada de ensino, como é o caso do estado do Espírito Santo.

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. CEFD/UFES. Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/UFES), _alessandragerrez@gmail.com

² Programa Universidade para Todos.

³ Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior

O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento sobre o panorama da privatização dos cursos de licenciatura em EF no Brasil, bem como propor algumas reflexões sobre os impactos desta realidade no trabalho docente e na formação dos futuros professores da educação básica.

METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa documental a partir do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), que disponibiliza o último Censo da Educação Superior de 2015. O foco recaiu sobre as licenciaturas em EF, a distribuição de vagas públicas e privadas oferecidas no país. Os dados foram interpretados a partir de autores do campo da educação superior alinhados a uma perspectiva crítico-dialética.

RESULTADOS

Os dados do INEP (2015) demonstram que: atualmente são oferecidos no país 1.159 cursos de EF, nas modalidades bacharelado e licenciatura. Destes, 867 cursos são oferecidos pela rede privada, enquanto 292 são oferecidos pela rede pública. Se compararmos os números de 1991, trazidos pelo estudo de Antunes (2012, temos um aumento em torno de 1.000% nos cursos de EF, em um período de 24 anos.

Nas licenciaturas, a situação é a seguinte: Do total de 167.668 de matrículas feitas no país nas modalidades presencial e EAD⁴, 34.621 estão na rede pública e 133.047 estão na rede privada, o que representa algo em torno de 80% das matrículas nesta última. A maioria das instituições de ensino superior no Brasil concentra-se na região Sudeste, seguida pelas regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

No estado do Espírito Santo, o menor da região sudeste e com menor quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, a oferta de licenciaturas em EF se apresenta da seguinte forma: 29 instituições de ensino superior oferecem cursos nesta área. Deste total, 21 instituições oferecem cursos presenciais e 08 oferecem cursos EAD. Apenas 1 instituição pública federal oferece vagas na licenciatura. Em todo o estado, das 2.245 vagas oferecidas nas licenciaturas presenciais em EF, 80 estão na rede pública e 2.165 na rede privada, o que representa aproximadamente 96,5% das vagas.

O ensino superior no Brasil não é nada é nada homogêneo. Nunes (2007) classifica as instituições da seguinte forma: públicas, confessionais, comunitárias e privadas, podendo esta última ter fins lucrativos e mercadológicos. Elas podem ser divididas entre “centrais e periféricas”, dependendo de sua finalidade, localização geográfica, produção científica, política e cultural, raio de influência, o público que atende, o tipo de contrato de trabalho docente, qualificação docente, relação com centros irradiadores de conhecimento e suas formas de administração e financiamento.

As instituições privadas mercantis tem se proliferado no país, principalmente a partir da entrada de investidores estrangeiros e da formação de oligopólios

4 Educação à Distância

educacionais que entendem a educação superior como uma mercadoria (SEBIM, 2015). Para a extração máxima de lucro precarizam o trabalho docente e oferecem um ensino de baixa qualidade aos estudantes dos grupos economicamente desfavorecidos, que são maioria neste contexto.

Silva (2012, p. 110), apoiada nas idéias de Marx, explica que ao empresário a educação só lhe interessa “... quando ela produz mais valia, ou seja, permite a apropriação de um quanto de trabalho docente não pago”. Na nova configuração do mundo econômico e produtivo a educação foi lançada a artefato de primeira necessidade e oferecida como objeto de consumo. Assim, fetichiza-se a educação, “desaparecendo” o trabalho concreto do professor. O que se ressalta é o trabalho em geral, em sua noção abstrata, desconsiderando-o como parte da divisão social e técnica do trabalho, que é realizado numa sociedade de classes, marcada por interesses contraditórios. Perdendo a sua dimensão histórica, social e ontológica, o trabalho docente é mistificado e não pertence mais ao seu produtor.

Todo o trabalho gera um resultado final, um produto. Na docência este produto final é a formação do aluno. A força de trabalho envolvida na formação exige uma gama de saberes e interações humanas não quantificáveis e bastante difícil de ser avaliada. Portanto, é uma força de trabalho altamente complexa, que implica custos elevados e necessita de tempo para ser produzida. É um trabalho complexo, sendo assim, mais cara do que a força de trabalho simples. Para converter o trabalho docente em mais valia, torna-se necessário então, transformá-lo em trabalho simples, pois este custa muito menos ao empresariado da educação. Assim, uma das ações necessárias é transformar a qualidade em quantidade, donde se possam calcular os gastos e o lucro e a ser obtido. No processo de simplificação do trabalho docente é levado em consideração no momento do cálculo do salário apenas o tempo de trabalho em seu valor de uso, não entrando neste cálculo o trabalho considerado “improdutivo” pelo capitalista: estudo, especializações, mestrado, doutorado, etc. Deste modo, transforma-se o professor num trabalhador produtivo, pois além de trabalhar na formação do aluno, que é uma necessidade social, também promove o enriquecimento do empresário educacional (SILVA, 2012).

O processo de simplificação, precarização e proletarização do trabalho docente também se reflete na perda de autonomia pedagógica, pois a lógica da racionalidade burocrática e instrumental atinge a sala de aula. Há uma rígida e excessiva divisão do trabalho imposta pelas instituições de caráter privado mercantil, que mantém setores especializados em preparar currículos padronizados, seleção de bibliografias, planos de ensino e atividades avaliativas (SEBIM, 2015).

As reflexões sobre a formação de professores no Brasil devem passar necessariamente pela análise crítica desta realidade, pois os cursos de licenciatura são amplamente oferecidos pelas instituições privadas-mercantis, por serem considerados de baixo custo e também poderem contar com os incentivos do FIES e PROUNI, atraindo trabalhadores-estudantes desfavorecidos economicamente, provenientes de escolas públicas também precarizadas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, em seu artigo 2º, § V, ressaltam o que se espera que os futuros professores aprendam no curso de sua formação inicial:

... a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos das diversas áreas além de conhecimentos didáticos específicos e suas respectivas metodologias, desenvolvendo-se atitude investigativa e de compreensão da prática educativa e de seus componentes no contexto cultural em que o docente atua;

Ora, para que isto seja possível o trabalho do docente universitário não pode se reduzir a modelos de aplicação previamente estabelecidos, sem autonomia didático-pedagógica. Por fim, vale destacar aqui as afirmações de Saviani (2011, p.16-17), quando discorre sobre os dilemas da formação de professores no Brasil:

É preciso, pois, ficar claro que não é possível equacionar devidamente o problema da formação dos professores sem simultaneamente enfrentar a questão das condições de exercício do trabalho docente. Isso porque, de fato, esses dois aspectos se articulam e se relacionam na forma de ação recíproca. ... é também consensual que uma formação precária tende a repercutir negativamente na qualidade do trabalho docente.

No primeiro sentido, se evidencia o fato de que a formação dos professores se dá, também como trabalho docente por parte dos formadores. Portanto, se as políticas educativas, como regra geral, não priorizam o provimento de condições adequadas para a realização do trabalho docente, também os cursos de formação de professores se desenvolverão em condições insatisfatórias, o que resultará numa formação igualmente insatisfatória.

Finalmente – e este talvez seja o aspecto mais importante – as condições de trabalho docente têm um impacto decisivo na formação, uma vez que elas se ligam diretamente ao valor social da profissão. Assim sendo, se as condições de trabalho são precárias, isto é, se o ensino se realiza em situação difícil e com remuneração pouco compensadora, os jovens não terão estímulo para investir tempo e recursos numa formação mais exigente e de longa duração. Em conseqüência, os cursos de formação de professores terão de trabalhar com alunos desestimulados e pouco empenhados, o que se refletirá negativamente em seu desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a discussão sobre formação de professores de EF no país, deve passar necessariamente, por uma profunda análise da realidade concreta na qual ela vem sendo realizada, qual seja, o setor privado-mercantil. É urgente a realização de pesquisas sobre o trabalho docente nestes contextos, a fim de vislumbrar suas “fissuras” e perspectivar caminhos de luta e enfrentamento. Não podemos esquecer que o setor privado recebe o maior contingente de estudantes da classe trabalhadora, revelando a contradição que poderá levar a saltos qualitativos na transformação da realidade atual.

CURRENT OUTLOOK OF THE PHYSICAL EDUCATION TEACHERS’ FORMATION IN BRAZIL: PRIVATIZATION AND PRECAROUSNESS

ABSTRACT: The paper objectifies to present the outlook of the degree course privatization in physical education in Brazil, besides discussing from the critical-dialectical theoretical reference, the possible implications of this situation for the teaching work and the school physical education teacher training.

KEYWORDS: physical education, privatization, teacher work and teacher training.

PANORAMA DE LA SITUACIÓN DE LOS CURSOS DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO DE EDUCACIÓN FÍSICA EN BRASIL: LA PRIVATIZACIÓN Y LA PRECARIEDAD

RESUMEN: *El documento tiene como objetivo presentar una visión general de la privatización de los cursos de graduación en Educación Física (EF) en Brasil, y discutir, desde el marco teórico-crítico dialéctico, las posibles implicaciones de esto para la enseñanza y la formación del profesorado de educación física escolar.*

PALABRAS CLAVES: *educación física, privatización, enseñanza y la formación del profesorado*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Natalia Silveira. **Expansão da educação superior**: o contexto dos cursos de Educação Física no Brasil. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade de Pelotas, 2012.

CHAUÍ, Marilena Chauí. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>>. Acesso 20/08/2015.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out-dez, 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 30/01/2014.

NUNES, Mario Luiz Ferrari; NEIRA, Marcos Garcia. Processos de inclusão excludente presentes no ensino superior privado. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n.4, p. 1209-1228, out/dez, 2014. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/41858>>. Acesso em 20/04/2016.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Póiesis Pedagógica** - V.9, N.1 jan/jun.2011; pp.07-19. Disponível em <https://www.google.com.br/#q=forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores+no+brasil+dilemas+e+perspectivas+dermeval+saviani>. Acesso em 20/12/2016.

SEBIN, Charlini Contarato. O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no Espírito Santo. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. **Anais...** UFSC - Florianópolis. 04 a 08 de outubro de 2015,

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação? **Educ.Soc.**, Campinas, v. 36, nº 133, p.867-889, out-dez, 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000400867&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em 05/08/2016.

SILVA, Maria Emília Pereira da Silva. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.